

Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX

Márcia Abreu
Sandra Vasconcelos
Luiz Carlos Villalta
Nelson Schapochnik

Todos conhecem a história da ascensão do romance na Europa e sabem que o gênero, ao longo dos séculos XVIII e XIX, foi ocupando as penas de escritores e críticos, conquistando leitores, assim como foi ganhando espaço em tipografias, editoras e livrarias. O que talvez seja menos conhecido é o fato de que, assim como ocorreu na Europa, também no Brasil o romance foi progressivamente ocupando lugar de destaque na produção editorial, no comércio livreiro e nas leituras literárias a partir de meados do século XVIII.

I. O surgimento do romance

Ao entrar em cena, em meados do século XVIII, o romance moderno causou estremecimento no mundo das letras. Percebido pelos contemporâneos como algo *novo*, o gênero começa a chamar atenção a partir de 1740, com a publicação de *Pamela*, de Samuel Richardson, mas sua história certamente não começou aí, sendo fruto de um processo de gestação iniciado muito antes.¹ Os “romances” medievais, as novelas, os panfletos, os *jest-books*, já apresentavam, em maior ou menor grau, algum traço realista, seja pela presença de um diálogo vivo aqui, da atenção ao detalhe ali, seja pela descrição de cenário ou pela atenção à vida cotidiana de gente comum. No entanto, muitos passos tiveram que ser dados até que se chegasse ao novo modo literário que fez da vida privada e doméstica seu grande tema.²

Talvez prosa de ficção fosse uma expressão mais adequada para denominar e englobar a variedade de publicações que, multiplicando-se a partir de meados dos setecentos, estampam títulos como “A história de...”, “As memórias de...”, “As aventuras

¹ Sobre os gêneros precursores do romance ver BAKHTIN, Michail. *Questões de literatura e estética (a teoria do romance)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unesp, 1993.

² Watt, Ian. *The Rise of the Novel. Studies in Defoe, Richardson and Fielding*. London: Penguin, 1983.

de...”, “A vida de...” e parecem pretender conferir veracidade aos relatos a fim de torná-los aceitáveis para um público leitor que desconfiava de tudo o que contivesse um conteúdo ficcional.³ Apenas no final do século XVIII iriam se fixar os termos *novel*, em língua inglesa, e *roman*, na francesa, mostrando a dificuldade dos contemporâneos na apreensão daqueles textos.⁴

Já no nascedouro, o romance gerou viva polêmica, dando lugar a um longo e intenso processo de discussão. Iniciada nos prefácios, onde escritores como Defoe, Richardson, ou Fielding refletiam sobre seus objetivos e sobre os problemas técnicos que enfrentavam, a atividade reflexiva que acompanha o período de formação do romance se expandiu de modo surpreendente, invadindo periódicos e revistas literárias européias e ganhando espaço na correspondência de leitores. Esses prefácios, artigos e panfletos que discutem o novo gênero ocupam-se de questões fundamentais como: a definição do gênero; os problemas de forma e técnica; a discussão sobre o conteúdo próprio ao romance; os problemas éticos suscitados pelos enredos; a figura do leitor; o papel do romancista; a relação do romance com outros gêneros. A atividade reflexiva desenvolvida pelos romancistas gerou um interessante movimento no qual, ao mesmo tempo em que se cria o gênero, se dá origem a sua própria história e crítica.

Não só romancistas mas também dramaturgos, periodistas, resenhadores e jornalistas ocuparam-se em atacar, criticar, defender, explicar ou justificar o romance, fazendo com que os periódicos, os romances, as cartas, os diários se transformassem em arena de um debate que opôs os defensores do novo gênero e seus detratores.⁵

Para estes últimos, a leitura dos romances era tida como grande perigo pois fazia com que se perdesse tempo precioso, com que se corrompesse o gosto e com que se tomasse contato com situações moralmente condenáveis. A mais simples das objeções, a perda de tempo, é uma espécie de decorrência dos outros dois inconvenientes. Enquanto a leitura das belas letras tinham por objetivo formar um estilo e ampliar a erudição, e as

³ Nesse sentido, não fica difícil entender por que tantos escritores se valeram do truque de se apresentarem como editores de um velho manuscrito, depositários de antigos papéis ou testemunhos, ou editores de cartas, prática que perdurou ao longo de todo o século.

⁴ O termo romance é utilizado, neste projeto, para referir a prosa ficcional produzida nos séculos XVIII e XIX, aglutinando o que à época era chamado de novela, conto, viagem, história, romance, biografia, memória etc.

⁵ Sobre a reflexão crítica realizada nos prefácios dos primeiros romancistas ingleses ver: VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

leituras religiosas visam aprimorar o espírito e indicar o caminho da virtude e da salvação, a leitura dos romances parecia sem finalidade. Do campo religioso partiram os mais vivos ataques a um gênero que não apenas apresentava situações reprováveis como também pedia a identificação do leitor com personagens e atitudes pecaminosas.⁶

Do ponto de vista moral, localizavam-se vários problemas nas narrativas. Elas ensinavam a fazer coisas reprováveis, favoreciam o contato com cenas de adultério, incesto, sedução, crimes, possibilitando ao leitor aprender como levar a cabo situações semelhantes, como evitar riscos, como burlar as leis. Mesmo que não se pusessem em prática os atos condenáveis representados nos romances, sua leitura provocaria sensações físicas pouco recomendáveis no leitor, inflamando desejos, despertando a volúpia, excitando os sentidos.⁷ Como se não bastasse, eles enfraqueceriam os valores morais ao conferir novo sentido a atos reprováveis: nos textos, o crime poderia ser apresentado como uma fraqueza, a castidade, vista como um cuidado desnecessário, a sedução, tida como ato de amor.

Os detratores do romance imaginavam que o contato com essas situações pecaminosas e com essas interpretações peculiares alteraria a percepção do mundo e o conjunto de valores pelos quais as pessoas deveriam se pautar a fim de pôr freio a seus piores impulsos. Imaginava-se que este tipo de leitura seria ainda mais perigosa quando realizada por mulheres – seres governados pela imaginação, inclinados ao prazer, e sem ocupações sólidas que os afastassem das desordens do coração. A leitura de romances serviria apenas para aumentar o império dos sentimentos e da imaginação sobre seu espírito.

Fortes objeções ao romance partiram ainda daqueles que se preocupavam com a formação dos jovens, temendo não apenas o perigo moral advindo do contato com certo tipo de enredo mas impressionando-se também com a possibilidade de que a leitura dessas narrativas os afastasse dos estudos e ocupações sérias. Inquietava-os igualmente a possibilidade de que o romance corrompesse outros gêneros de escrita como a História (com a criação de narrativas imaginosas sobre situações do passado) ou a Geografia (com narrativas sobre lugares e povos fantasiosos), fazendo com que os jovens não soubessem

⁶ Sobre as polêmicas travadas entre defensores e detratores dos romances na França e Inglaterra ver: ABREU, Márcia, *op. cit.* Ver também VASCONCELOS, Sandra. *op. cit.*

⁷ A respeito das respostas físicas à leitura de determinados romances ver GOULEMOT, Jean-Marie. *Ces Livres qu'on ne lit que d'une main. Lectures et lecteurs des livres pornographiques du XVIII^e siècle.* Aix-en-Provence: Alinéa, 1991.

mais discernir o verdadeiro e o ficcional. A Epopéia seria também afetada pois, por influência dos romances, passaria a tomar por tema principal o amor, deixando em segundo plano a narrativa de feitos heróicos. Da mesma forma, a Tragédia seria “amolecida” pois também teria de tomar o sentimento amoroso como central. Finalmente, a Eloquência seria prejudicada uma vez que nos romances abundariam as descrições excessivamente detalhadas, os discursos rudes, as conversações grosseiras.

Recém-chegado à cena literária, ao romance faltavam tradição e sangue nobre, requisitos particularmente importantes em uma época em que os critérios empregados para a definição do “bom” ou “mau” desempenho dos escritores eram fornecidos pela tradição clássica registrada em Poéticas e em Retóricas. Em que pesem as tentativas de dar-lhe uma ascendência dignificante, ele era um “parvenu de la république de lettres”.⁸

Ao mesmo tempo em que muita tinta se gastava em escritos contra os romances e contra os seus leitores, textos tão apaixonados quanto os produzidos pelos detratores do gênero eram postos em circulação com o objetivo de defendê-lo. A defesa consistiu em responder às duas objeções centrais levantadas pelos críticos: o atentado ao gosto e o atentado à moral.

Percebendo que parte das críticas apegava-se ao fato de o romance não estar entre os gêneros previstos seja pela *Poética* seja pela *Retórica*, alguns dos defensores do gênero tentaram encontrar seu lugar nas preceptivas, associando-o à épica e levando às últimas conseqüências a afirmação aristotélica de que os versos não são a característica essencial daqueles textos e sim sua efabulação.⁹ O esforço dos defensores do romance era tomar um

⁸ MAY, Georges. *Le Dilemme du Roman au XVIII siècle. Étude sur les rapports du roman et de la critique (1715-1767)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963, p. 8.

⁹ Segundo Antonio Candido, o primeiro crítico a defender a possibilidade de poesia sem verso foi o italiano Robortello, tradutor e comentador de Aristóteles, em texto publicado em Florença no ano de 1548. (CANDIDO, Antonio. “O Patriarca” e “Timidez do Romance”. In: *Educação pela Noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, 2ª edição, p. 72 a 82.) Na França, essa idéia parece ter se difundido a partir das afirmações de Pierre-Daniel Huet em “De l’origine des romans”, prefácio a *Zaïde*, de Madame de La Fayette, 1670. A aproximação entre a epopéia e o romance também está presente no famoso prefácio de Henry Fielding a *Joseph Andrews* (1742) no qual, fazendo eco a Huet, afirma que o romance apenas não é metrificado.

gênero novo, não referido nos tratados clássicos, aparentemente amorfo, e encontrar um modo de fazê-lo participar da alta tradição.

Objetivo semelhante, buscado por vias distintas, animou aqueles que tentaram distinguir o romance moderno do romance antigo ou romanescos (ou, em termos ingleses, diferenciar *novel* de *romance*), visando deixar para o antigo parte das críticas recebidas pelo moderno. Ainda que muitos tenham adotado essa estratégia, Clara Reeve parece ter sido aquela que fixou os termos da comparação. Em seu livro *The Progress of Romance*, publicado em 1785, discutiu as diferenças entre *novel* e *romance*, elaborando uma definição para o romance moderno que se repetirá a exaustão: o romance é uma narrativa, centrada na vida real, próxima do leitor no tempo e no espaço, que trata de coisas que podem acontecer a qualquer um em sua vida cotidiana, escrita em linguagem comum, elaborada de forma a convencer o leitor de que a história relatada realmente aconteceu e de modo a provocar reações de identificação, fazendo aquele que lê se colocar no lugar do personagem e com ele sofrer ou se alegrar. Além de explicitar a existência de padrões de composição naquilo que parecia amorfo, Clara Reeve relegou a carga pejorativa associada ao termo fabuloso (*mentiroso*) aos romances romanescos.¹⁰

O recurso à comparação entre o romanescos e o romance tinha uma dupla vantagem para aqueles que pretendiam defender o moderno. Postulando que o romance teria nascido das entranhas do romanescos, era possível associá-lo a um gênero antigo, de modo a afastar a pecha de recém-chegado ao mundo das letras. Mas a comparação permitia também postular um aperfeiçoamento do gênero que teria superado os defeitos que conduziriam o romanescos à inverossimilhança e à verborragia.

Ainda que tenham escrito muito sobre a forma do romance, os defensores do gênero sabiam que a principal objeção a que tinham de fazer frente vinha do campo moral. Uma das estratégias encontradas foi recorrer ao princípio horaciano da mistura entre deleite e utilidade (*miscuit utile dulci*). Essa forma de justificar a leitura das Belas Letras teve longa e ininterrupta vida. Pílula dourada para a correção dos vícios, o romance teria a vantagem de ensinar sem que o leitor sequer se apercebesse, já que os sentimentos e as emoções oriundos da identificação com o destino das personagens seriam os agentes

¹⁰ REEVE, Clara. *The Progress of Romance*. Colchester: W. Keymer, 1785, p. 111.

transformadores. Enquanto a vida em sociedade favoreceria os vícios e ensinaria como disfarçá-los, o romance os poria a nu e conduziria os leitores para o caminho da virtude.

O marquês de Sade, em texto publicado em 1800, levou bastante longe esse argumento propondo que a leitura do romance seria superior à experiência real, pois na vida “as máscaras” nos impediriam de conhecer efetivamente as pessoas. As narrativas, ao contrário, tratariam justamente do coração humano: sua função seria dissecar e apresentar o que se passa no interior dos homens, longe das aparências, fazendo um retrato “muito mais interessante e ao mesmo tempo muito mais verdadeiro”.¹¹

O romance seria uma espécie de laboratório da existência, onde o leitor veria explicitamente do que são feitas as pessoas, estudaria seu modo de agir, aprenderia quais seriam as atitudes recompensadas e quais as punidas, ou seja, entraria em contato com um mundo organizado regido por regras rígidas de justiça. Ao sair da leitura, só lhe restaria transpor esse aprendizado ao mundo real.

Como resposta aos críticos que acreditavam que a leitura dos romances conduzia ao pecado, os defensores do gênero tomaram o problema tal como formulado por eles – as narrativas promovem a identificação do leitor com as vidas dos personagens – mas inverteram o modo de avaliar tal situação. Enquanto os detratores atinham-se ao pecado que consistia em imaginar-se no lugar de alguém que saía dos trilhos da virtude, os entusiastas dos romances viram aí um fato positivo pois, ao invés de conduzir ao erro, essa experiência ensinaria como evitá-lo, fazendo com que os leitores não tivessem que se equivocar em suas próprias vidas.

Sem correr qualquer risco, os leitores poderiam ter as mais variadas experiências (imaginativas), examinar as conseqüências das atitudes tomadas, aprender o caminho que conduziria à felicidade. A leitura dos romances municiaria os leitores de uma “prática artificial”,¹² criando um código de conduta para a vida real. Como supor que a leitura de romances seria perda de tempo se ela dava a um jovem a experiência de um ancião?

¹¹ SADE, D. A. F. “Idée sur les romans”, In: *Les crimes de l’amour, nouvelles héroïques et tragiques*. Paris: 1800 (an VIII), vol I, pp. 30-31.

¹² Expressão cunhada por Germain-Hyacinthe de Romance de Mesmon *De la lecture des romans, fragment d’un manuscrit sur la sensibilité*. Paris: chez la Veuve Pion, 1785, 2ª edição ampliada. 1ª edição em 1778. Romance de Mesmon defende a leitura de romances afirmando que “Tudo isso reunido compõe a ciência do homem e a *teoria da vida*; eu acredito que os Romances dão um tipo de prática artificial: com um pequeno número de volumes vocês terão vivido várias vidas; vocês entram no mundo com a experiência dos anciãos” (Tout cela réuni compose la science de l’homme, et la *théorie de la vie*; je crois que les Romans en donnent

Como se vê, a leitura de romances traz à baila discussões de natureza ética, religiosa, intelectual e estética tanto mais acaloradas quanto mais se percebem a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores. Estima-se que aproximadamente dois mil romances foram publicados durante o século XVIII na Inglaterra, o que ajuda a entender a existência de tamanha discussão sobre o gênero. A disseminação da leitura de romances pegou carona nos esforços de alfabetização patrocinados pelo desejo de propagação do Cristianismo e pela larga difusão de impressos religiosos. A disputa entre os dois gêneros de escritos pelo maior volume de vendas arrastou-se pelos anos oitocentos, mas, no final do século XIX, o romance saíra vitorioso, superando o volume de publicação de textos religiosos – o que deve ter parecido particularmente injusto para clérigos e pastores que associavam o romance a atitudes pecaminosas.¹³

Os escritos bem avaliados social e esteticamente vinculavam-se ao padrão clássico e eram lidos segundo critérios estabelecidos em artes poéticas, retóricas e tratados sobre leitura, por pessoas cultivadas. O romance subvertia essa organização por não responder ao padrão clássico e por poder ser lido por pessoas com pouca instrução formal. Diferentemente dos gêneros clássicos, o romance não exigia educação ou treinamento para ser apreciado devido à proximidade que estabelecia com o leitor ao tratar de eventos a que todos estão expostos e de paixões que todos conhecem. Lidando com o tempo presente, tratando de coisas familiares e circunscrevendo-se ao mundo doméstico e ao homem privado nas camadas médias da vida, o romance poderia ser apreciado por praticamente qualquer um.

Tanto na França quanto na Inglaterra, aumentava a quantidade de pessoas capazes de ler, embora tivessem permanecido pouco ou nenhum tempo na escola – o que não as familiarizava com a tradição erudita e as capacitava a ler somente em língua vernácula.¹⁴ As línguas nacionais eram ensinadas como conhecimento preparatório para o estudo sistemático do latim, assim como poesias e obras retóricas em vernáculo preparavam para o contato com a produção latina. Aqueles que passavam pouco tempo na escola habilitavam-

une sorte de pratique artificielle: avec un petit nombre de volumes vous avez vécu plusieurs vies; vous entrez dans le monde avec l'expérience des vieillards.) (p. 14)

¹³ Segundo Paul Hunter, a quantidade de títulos de romances em circulação na Inglaterra superava, em 1886, a de textos religiosos. (HUNTER, J. Paul. "The novel and social/cultural history". In: RICHETTI, John (org.). *The eighteenth century novel*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 9 – 40.)

¹⁴ Sobre o impacto do surgimento de novos públicos, novos autores, novos gêneros e novas formas de ler sobre a constituição do campo literário, ver: ABREU, Márcia. *op. cit.*

se, portanto, à leitura das línguas vernáculas e faziam contato apenas com algumas obras nacionais. Pouco a pouco, alguns centros passaram a diminuir a ênfase no ensino de latim. Periódicos ingleses da primeira metade dos anos oitocentos divulgavam a abertura de escolas privadas que propagandeavam o fato de oferecer estudos centrados no conhecimento da língua e dos escritos em língua inglesa.¹⁵

A leitura tornara-se acessível a novos grupos de leitores: mulheres e crianças, artesãos, camponeses e pequenos comerciantes.¹⁶ Esse público heterogêneo, pouco especializado e de baixo poder aquisitivo interessava-se, em geral, por impressos como folhetos (brochuras da *bibliothèque bleue* francesa, *chapbooks* ingleses ou literatura de cordel portuguesa), baladas em folhas soltas, jornais, panfletos e por gêneros como o romance.¹⁷ Evidentemente continuava a existir um público de elite, que podia se interessar ou não por esse tipo de impresso, e que podia ler produções oriundas dos círculos eruditos de sua própria época e do passado.

Essa ampliação do público desenvolveu-se paralelamente ao aumento e diversificação da produção editorial, disseminando os mais variados tipos de impressos. Esse impulso à atividade editorial criou novas ocupações para os escritores e expandiu suas possibilidades de inserção profissional. A dilatação do mercado vinha bem a calhar num momento em que se criava um verdadeiro “proletariado intelectual” nas palavras de Didier Masseau: “toda uma população escritora que, tendo completado cursos secundários fundados sobre o culto das belas-letas, não consegue fazer estudos superiores que a conduzisse a uma profissão ou a um estado.”¹⁸ Em geral, eram filhos da pequena burguesia (a qual, assim como a nobreza, não via as letras como boa opção de carreira), pouco endinheirados e dispostos a desempenhar várias funções para sobreviver. Eram ignorados, ou desprezados, pelos escritores mais talentosos ou mais hábeis no gerenciamento de suas carreiras.

Na Inglaterra essa nova realidade era bastante evidente já no início do século XVIII.

Segundo Daniel Defoe:

¹⁵ MARTIN, Henri-Jean. *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Paris: Éditions Albin Michel, 1996, pp. 329-330.

¹⁶ Ver a esse respeito: LYONS, Martyn. “Les nouveaux lecteurs au XIX^e siècle – femmes, enfants, ouvriers”, in *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, org. Roger Chartier & Guglielmo Cavallo, Paris, Seuil, 1997.

¹⁷ Sobre as relações entre as inovações nas técnicas de impressão e a produção de obras ficcionais, ver: ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo: Editora Senac, 2001.

¹⁸ MASSEAU, *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIII^e siècle*. Paris: PUF, 1994, p. 51.

Escrever [...] tornou-se um ramo considerável do comércio inglês. Os livreiros são patrões fabricantes ou empregadores. Os diversos escritores, autores, copiadores, subscritores e todos os outros que operam com pena e tinta são os trabalhadores empregados pelos ditos patrões fabricantes.¹⁹

Defoe, que sabia jogar o jogo do mercado, não condenava a comercialização dos escritos, percebendo as possibilidades de profissionalização dos homens de letras. Muitos intelectuais, ao contrário, acreditavam que a proliferação de obras e escritores levava a um inevitável declínio dos padrões de composição. O romance era tido como o mais claro produto dessa “fatal revolução que converteu escrever numa profissão mecânica”.²⁰ Ao mesmo tempo, os romances foram os primeiros *best-sellers* da época moderna, possibilitando aos seus autores ganhos financeiros consideráveis.²¹

Robert Darnton descreve o embate travado por alguns escritores desejosos de se diferenciar da massa de novos autores. Voltaire apavorava-se com a proliferação de jovens escritores em Paris, “incapazes de qualquer obra proveitosa” e que “vivem de rimas e esperanças e morrem na miséria”. Mercier defendia os “pobres diabos”, acusando os “mimados e subvencionados” escritores ligados às academias e salões. Linguet, embora também fosse contrário a Voltaire, lamentava que “as escolas secundárias tenham se tornado ninhos de autores-crianças que rabiscam às pressas tragédias, romances, histórias e obras de todos os tipos” e “consumem o resto de suas vidas em penúria e desespero.”²² Os escritores ligados aos poderosos, que começavam a conseguir para si alguma valorização social e algum poder, tinham todo interesse em dissociar-se desse “proletariado intelectual”.

Essa dissociação apoiou-se na desqualificação das obras escritas por esses literatos. Simultaneamente ao escalonamento dos escritores produziu-se uma hierarquização dos escritos. O mais criticado dos gêneros – condenado em nome da moral, da tradição beletrística e da religião – foi o romance, não por acaso o tipo de escrito que mais crescia

¹⁹ DEFOE, Daniel. *Applebee's journal*, 31 de julho de 1725. Apud: WATT, Ian. *op. cit.*, p. 49.

²⁰ GOLDSMITH, Oliver. “The distresses of a hired writer”, 1761. Apud: WATT, *op. cit.*, p. 49.

²¹ MARTIN, Henri-Jean. *op. cit.*, p. 349.

²² Apud: DARNTON, *Boemia ...*, *op. cit.*, pp. 28 - 29.

na preferência dos leitores. Intelectuais de prestígio empenharam-se em escrever ataques ao romance ao mesmo tempo em que preparavam tratados sobre a correta maneira de ler obras de Belas Letras. Toda sua preocupação consistia em não macular a produção erudita pelo contato com escritos de circulação ampla, lidos privadamente, sem a intermediação de professores, padres ou pastores, sem a necessidade de conhecimento de obras e preceptivas clássicas.

Aos homens cultos da época, parecia que a sociedade estava tomada por uma “fúria de ler”, que tornava a leitura presente em todos os meios sociais, todas as circunstâncias, todos os lugares.²³ A mudança nas formas de ler, na composição do público e na publicação das obras fez com que alguns historiadores nossos contemporâneos vissem uma “revolução da leitura” em meados do século XVIII. Roger Chartier, embora advirta que essa foi apenas uma das revoluções por que passaram as formas de ler, percebe a importância das novidades surgidas no período:

[há] mutações objetivas que transformam a produção impressa em toda a Europa ocidental: o crescimento e a diversificação da produção do livro, a multiplicação e a transformação dos jornais, o triunfo dos pequenos formatos, a queda no preço do livro devido à contrafação, a multiplicação das possibilidades de ler sem comprar, graças aos empréstimos nas bibliotecas e às sociedades de leitura. Essas evoluções fornecem um poderoso suporte a uma mais forte presença do impresso, impulsionada pelos novos gêneros, ao mesmo tempo literários e editoriais, de novas práticas de leitura.²⁴

Apesar dos fatores que trabalharam contra o aumento do público (a quantidade insuficiente de escolas, o acesso restrito à escolaridade, a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho, o preço dos livros, a idéia de que a leitura deveria ser um privilégio de

²³ CHARTIER, Roger. “La révolution de la lecture au XVIII^e siècle: mythe ou réalité?”. In: LISBOA, João Luís. *O Livro e a leitura, Cultura – revista de história e teoria das idéias*, vol. IX, série II. Lisboa: Centro de História da Cultura, 1997, p. 265.

²⁴ “mutations objectives qui transforment la production imprimée dans toute l’Europe occidentale: ainsi, la croissance et la diversification de la production du livre, la multiplication et la transformation des journaux, le triomphe des petits formats, l’abaissement du prix du livre du fait de la contrefaçon, la démultiplication de la possibilité de lire sans acheter grâce aux bibliothèques de prêt et aux sociétés de lecture. Ces évolutions fournissent un support puissant à une plus forte présence de l’imprimé, à l’essor de nouveaux genres, tout ensemble littéraires et éditoriaux, à de nouvelles pratiques de lecture.” CHARTIER, idem, p. 267.

classe etc.), houve uma expansão significativa do número de leitores que acorriam às livrarias ou bibliotecas para obter romances. A sede insaciável por esses livros criou um mercado que exigia permanente renovação, favorecendo o processo de profissionalização do escritor, que podia receber remuneração por seus escritos, sendo contratado por livreiros e editores para alimentar este mercado.

Quando a leitura deixou de ser apanágio de poucos, pareceu necessário encontrar formas de inserir distinções dentro do campo letrado, separando certos leitores e suas formas de ler da massa leitora e de suas práticas. A proliferação dos impressos pareceu tornar necessária a classificação, a triagem e a hierarquização dos textos. Valorizaram-se as leituras eruditas para as quais era preciso ter conhecimentos prévios e que exigiam concentração e recolhimento. Religiosos e professores tentaram banir, ou controlar, as “leituras selvagens”, feitas sem o aval das instituições.²⁵ O Estado também interveio ao oferecer pensões e subvenções a alguns escritores consagrados (por pertencerem à Academia Francesa ou a academias e salões de prestígio, por serem próximos à alta nobreza ou ao rei), negando qualquer benefício aos “subliteratos”.

A definição moderna de literatura se fez no momento em que entraram em cena *novos* leitores, *novos* gêneros, *novos* escritores e *novas* formas de ler. O romance ocupa papel central em toda essa *novidade* pois ele é um dos mais importantes elementos de conexão entre as partes: os novos escritores, agindo segundo as leis do mercado e segundo sua formação específica, dedicavam-se a escrever copiosos romances, bem aceitos pelos novos leitores, os quais, não familiarizados com o padrão clássico de composição, lêem sem preocupação com os preceitos que regulavam a leitura das Belas Letras.²⁶

Escritores e leitores eruditos interessaram-se fortemente em diferenciar-se de escritores e leitores comuns, a fim de reassegurar seu prestígio intelectual, abalado pela disseminação da leitura. Isso os levou a eleger alguns autores, alguns gêneros e algumas maneiras de ler como os melhores. Convencionaram chamar a isso de literatura. O desejo de controlar práticas culturais gerais assim como a vontade de fazer valer marcas de distinção social fizeram com que se inventasse, nos anos oitocentos, em países europeus

²⁵ CHARTIER, Roger. *Le livre en révolutions, entretiens avec Jean Lebrun*. Paris: Textuel, 1997, p. 109.

²⁶ Sobre os protocolos de leitura de obras de Belas Letras no século XVIII e início do XIX, ver: ABREU, Márcia. “Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil colonial”. In: *Leitura, História e História da Leitura*, Campinas, Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000, pp. 213 – 234.

economicamente desenvolvidos, um conceito que hoje parece a-histórico e universal: o conceito de literatura.

O aparecimento do romance – seu sucesso editorial e de público – foi decisivo para o processo de definição de uma “especificidade literária” e para a autonomização do campo.²⁷

Esse fenômeno não se restringiu aos países europeus de maior desenvolvimento. Quase simultaneamente a seu surgimento na Inglaterra e na França, o romance espalhou-se pela Europa, chegando a Portugal, e às terras brasileiras onde, já no final do século XVIII, tornou-se o gênero preferido dos que aqui viviam.

II. A difusão do romance

“Traduit de l'anglais”: foi assim que a maior parte dos romances ingleses do século XVIII chegou à França, depois de haver tomado a Inglaterra de assalto e se tornado uma verdadeira mania entre os leitores comuns.²⁸ A travessia do Canal da Mancha foi, no entanto, apenas a primeira etapa que esses romances cumpriram na sua longa viagem por terras e mares estrangeiros. Se *Pamela, ou virtude recompensada*, romance de Samuel Richardson publicado em 1740, fez escola, transformando-se num paradigma imitado por inúmeros romancistas ingleses, não foi menor seu impacto no continente europeu. Traduzida para o francês por Prévost em 1742, a história da heroína que resiste a todas as tentativas de sedução por parte de seu senhor, acabando por conquistar casamento e ascensão social como recompensa, foi recebida com entusiasmo pela maneira como Richardson conseguia combinar realismo e edificação moral. Com Pamela, nascia a heroína com papel “civilizatório”, que iria habitar as páginas dos romances na Inglaterra, cruzar o canal da Mancha e deixar marcas no imaginário dos romancistas europeus e americanos. Na esteira dele, vieram centenas de outros romances que, tanto na Inglaterra como na França,

²⁷ Sobre a constituição do campo literário ver: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas* e BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art – genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

²⁸ Sobre a difusão do romance inglês, ver: VASCONCELOS, Sandra G.T. “A Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (Vertentes Inglesas)”. In: *Projeto Memória de Leitura*, Seção Ensaaios. www.unicamp.br/iel/memoria, 2002.

ocuparam o tempo livre dos leitores e abriram definitivamente espaço para a consolidação do novo gênero, levando à definição do século XVIII como o século do romance.²⁹

A difusão do gênero foi favorecida pela criação de bibliotecas circulantes – estabelecimentos comerciais nos quais, por meio de pagamento de módica taxa, alugavam-se livros, diminuindo o impacto do preço do exemplar sobre o apetite dos leitores.

Inauguradas na cidade de Bath, em 1725, elas expandiram-se a partir de 1740, quando surgiu em Londres a primeira biblioteca circulante, à qual seguiram-se outras 7 na mesma década.³⁰ Essas bibliotecas tiveram papel fundamental na disseminação do hábito de leitura e na popularidade do romance, uma vez que permitiam a leitores de diferentes níveis sócio-econômicos o acesso à última novidade no mercado livreiro. A possibilidade de emprestar obras associadas à prática da leitura em voz alta possibilitava o contato de amplos setores com as venturas e desventuras das personagens romanescas, envolvidas em enredos que privilegiavam toda sorte de atribulações, de provas e de situações angustiantes. O sucesso dessas histórias foi tal que as bibliotecas circulantes se multiplicaram por toda a Inglaterra, tornando-se um negócio bastante lucrativo.

Segundo M. Lyons, industriais europeus chegaram a encorajar o estabelecimento de bibliotecas públicas, pois eles imaginavam que, fornecendo aos operários uma boa leitura, as tensões sociais poderiam ser atenuadas. Uma “literatura útil”, capaz de trazer uma “recreação racional”, os afastaria da bebida e dos grupos socialistas subversivos, ao mesmo tempo que os aproximaria dos valores burgueses. Entretanto, o plano não teve sucesso completo já que os leitores quase sempre escolhiam obras de entretenimento para ler.³¹

Não foram muito diferentes as coisas na França. Inaugurado o primeiro gabinete de leitura em Paris em 1759, o gosto do leitor francês pelo romance também seria alimentado pelas mesmas histórias de aventuras, de crimes e de paixões. Ainda que romances franceses já circulassem amplamente, o papel da tradução foi essencial no processo de difusão do gênero. Sem as restrições impostas pelas noções de autoria e de direitos autorais – ainda não totalmente definidas no período –, as traduções não tinham qualquer obrigação de

²⁹ Ver a esse respeito Georges May. *Le Dilemme du roman du XVIIIe. siècle. Étude sur les rapports du roman et de la critique (1715-1767)*. Paris, PUF, 1963.

³⁰ Ver a esse respeito: Watt, Ian. *op. cit.*

³¹ LYONS, Martyn. *op. cit.*

fidelidade.³² O trabalho do tradutor poderia ser melhor descrito como uma adaptação cultural, em que certos traços vistos como pouco aceitáveis pelo público-alvo – tanto no plano da linguagem como no dos episódios propriamente ditos – podiam ser livremente alterados ou mutilados para adaptar o texto ao gosto e à cultura do país receptor.

Por exemplo, Prévost sentiu-se livre para introduzir cortes e modificações em *Pamela*, de Richardson, ao transpô-lo para o francês em 1742, ou para reduzir a extensão de *Clarissa*, cortando detalhes que julgou aborrecidos ou cenas que considerou chocantes. A mão mais pesada dos ingleses e a moralidade mais acentuada de seus romances foram, dessa forma, atenuadas pela intervenção dos tradutores, num processo de afrancesamento, comum até o final do século.

Pigoreau, um dos principais livreiros-editores da Paris oitocentista e grande fornecedor dos gabinetes de leitura, comenta os parâmetros que podem ter norteado as traduções de romances ingleses para o francês:

O francês, vivo e leve, não lê um romance se não for para se distrair durante alguns instantes; ele quer ser conduzido ao final pela via mais curta. O inglês, fleumático, ama deter-se sobre cada detalhe, e só quer chegar ao desenlace depois de ter passeado pelos longos circuitos de um labirinto.³³

Apoiando-se no temperamento do leitor, Pigoreau percebe as principais diferenças entre os romances ingleses e franceses e identifica os procedimentos que deviam reger o

³² O conceito moderno de *copyright* de autor surgiu, na Inglaterra, em 1719, quando se assegurou ao autor, pela primeira vez, direitos sobre a obra que escreveu. Este direito valia apenas por 28 anos, contados a partir da data de publicação; a partir daí o texto tornar-se-ia de domínio público podendo ser editado sem pagamento para o autor. Na França, lei semelhante foi adotada somente em 1793. Os demais países europeus garantiram direitos aos escritores apenas no século XIX. Ver a respeito CHARTIER, Roger. *Le livre en révolutions – entretiens avec Jean Lebrun*. Paris: Textuel, 1997; WOODMANSEE, Martha. *The author, art, and the market – rereading the history of aesthetics*. New York: Columbia University Press, 1994; LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *O Preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

³³ “Le Français vif et léger ne lit un roman que pour se distraire quelques instans; il veut qu'on le conduise au but pour voi la plus courte. L'Anglais, flegmatique, aime à s'appesantir sur les détails, et ne veut arriver au dénouement qu'après s'être promené dans les longs circuits d'un labyrinthe.” A.N. Pigoreau. *Petite bibliographie biographico-romancière, ou Dictionnaire des romanciers tans anciens que modernes, tant nationaux qu'étrangers; avec un mot sur chacun d'eux et la notice des romans qu'ils ont donné, soit comme auteurs, soit comme traducteurs, précédé d'un catalogue des meilleurs romans publiés depuis plusieurs années, et suivi de tableaux propres à en faire connaître les différents genres et à diriger dans le choix des ouvrages qui doivent faire la base d'un cabinet de lecture*. Paris: Pigoreau Librairie, 1821-1828 (incluindo suplementos). A citação está no 5º Suplemento, fevereiro de 1823, p. 18. *Apud* Vasconcelos, Sandra., *op. cit.*

trabalho de adaptação por parte do tradutor. Afinal, satisfazer a demanda do público tinha precedência sobre a fidelidade e o respeito ao original. A prática da tradução parece ter favorecido a difusão do gênero, tanto assim que uma comparação entre a relação de romances ingleses traduzidos para o francês e o catálogo de Pigoreau revela uma grande coincidência de títulos e autores.³⁴

No Brasil, a atuação francesa também foi decisiva, tanto como mediadora dos produtos culturais ingleses, aqui chegados em tradução, quanto como produtora original de romances.

Desde meados do século XVIII, a presença de livros franceses era forte no Brasil,³⁵ como atestam os pedidos de autorização para entrada de livros no Rio de Janeiro submetidos aos organismos de censura instalados em Portugal e no Rio de Janeiro entre meados do século XVIII e início do XIX.³⁶

Esse rigoroso controle sobre livros e papéis, embora nefasto para a propagação das idéias, propiciou o registro minucioso da entrada de obras no Brasil, permitindo o conhecimento do que aqui se lia no período colonial – ao menos no campo da legalidade. Até 1807, a única possibilidade de aquisição e transporte legais de livros e papéis aberta aos que viviam no Brasil era importá-los de Portugal, após a obtenção de autorização expedida pela censura lusitana. Com a transferência da corte para o Rio de Janeiro, novas formas de contato com livros se abriram, ainda que constantemente supervisionadas por organismos censores. A partir de 1808 passou a ser possível adquirir livros impressos no Brasil pela Impressão Régia, ou importá-los de outras localidades além de Portugal, uma vez obtida

³⁴ A.N. Pigoreau. *op. cit.*

³⁵ Sobre os livros de Belas Letras em circulação no Brasil colonial ver: ABREU, Márcia. “O Rei e o sujeito – considerações sobre a leitura no Brasil colonial”. *Brasil e Portugal: 500 anos de enlacs e desenlaces*, Revista Convergência Lusíada n° 17, Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 2000, pág. 189-201. Ver também ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. *op. cit.*

³⁶ O *corpus* analisado é constituído por documentação produzida pela Real Mesa Censória, pela Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, pelo Santo Ofício e pelo Desembargo do Paço (tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro). O período considerado inicia-se em 1768 (constituição da Real Mesa Censória, por ordem do Marquês de Pombal) e estende-se até 1826 (reconhecimento da independência do Brasil por Portugal). As instituições responsáveis pelo controle da circulação de livros e papéis sucedem-se sem que haja, entretanto, modificações significativas na natureza dos documentos submetidos a apreciação. A documentação preservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa –, contendo requisições para envio de livros para o Brasil entre 1769 e 1826 (“Catálogo para Exame dos Livros para Saírem do Reino com Destino ao Brasil”), é unificada sob a designação “Real Mesa Censória”. Os pedidos de autorização para entrada de livros nos portos brasileiros, produzidos entre 1808 e 1822, são conservados pelo Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – nos fundos Mesa do Desembargo do Paço – Licenças. Na análise da documentação foram considerados apenas os pedidos de autorização para envio de obras de Belas Letras para a cidade do Rio de Janeiro.

autorização da Mesa do Desembargo do Paço – instituição sediada no Rio de Janeiro com atribuições similares à lusitana. Mesmo com a duplicação do sistema de controle, o volume de requisições submetidas à instituição censória em Lisboa permaneceu elevado.

No período anterior à vinda da Família Real, foram remetidos de Portugal para o Rio de Janeiro 1328 livros de Belas Letras equivalentes a 519 títulos diferentes. A mesma situação mantém-se após 1808 com o envio de 3003 livros que correspondiam a 851 diferentes títulos. As requisições submetidas à Mesa do Desembargo do Paço registram 1190 títulos distribuídos por 1956 livros.³⁷ Recorrendo à importação, os cariocas travaram contato, desde muito cedo, com o romance e fizeram deste gênero de escritos o seu preferido dentro das Belas Letras.

No Rio de Janeiro eles não apenas foram mencionados na maioria dos pedidos, mas também ocupavam as primeiras posições dentre os livros mais apreciados. Basta saber que o livro mais remetido para o Rio de Janeiro, entre 1769 e 1826, considerando-se todos os pedidos submetidos aos vários organismos responsáveis pela censura à circulação de livros, era um romance: *Aventuras de Telêmaco*, escrito pelo francês François de Salignac de la Mothe-Fénelon. Publicado em 1699, o livro realizou o sonho impossível do escritor contemporâneo: manter-se no topo da lista dos *best-sellers* por mais de 100 anos, não só em seu próprio país, mas até mesmo em terras à época longínquas, como o Brasil. Seu sucesso, tanto em Portugal quanto em suas colônias, pode ser atestado pela existência de seis traduções distintas no século XVIII.³⁸

Outros romances entravam e saíam da preferência dos leitores, sem abalar, entretanto, a supremacia do gênero. No período anterior à transferência da corte para o

³⁷ Sobre os livros em circulação no Brasil colonial ver: ABREU, Márcia. “Leitura de Ficção no Brasil colônia”, *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro Editora, 1996.

³⁸ (1) O Telemaco de mr. Francisco de Salignac de la Motte Fenelon, etc traduzido. Tradutor Manuel de Sousa, Lisboa, 1776, 2 tomos. Reed 1825; (2) Aventuras de Telemaco, filho de Ulysses; traduzido do original francez na lingua portugueza. Trad José Manuel Ribeiro Pereira, Lisboa, 1780; (3) Segunda edição correta e emendada pelo mesmo traductor da primeira edição d’estas Aventuras, Trad José Manuel Ribeiro Pereira, Lisboa, 1784, 2 tomos; (4) Aventuras finaes de Telemaco etc, José Manuel Ribeiro Pereira, Lisboa, 1785; (5) Aventuras de Telemaco, filho de Ulysses por M. Fenelon, traduzidas do francez em portuguez: com um discurso sobre a poesia épica e excellencia do poema Telemaco; e muitas notas geográficas, e mythologicas para intelligencia do mesmo poema: edição executada com caracteres novos e adornada com o retrato do mesmo Fenelon, tradução de José Manuel Ribeiro Pereira, Lisboa, 1785; (6) Aventuras de Telemaco, traduzidas em verso portuguez, a que se ajuntam algumas notas mythologicas e allegoricas para intelligencia do poema. Dedicadas ao Ser. Principe do Brasil. Trad. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, Lisboa, 1788, 2 tomos.

Brasil, 55% das obras mais enviadas são romances.³⁹ Após 1808, considerados os envios controlados pela censura portuguesa, os romances passam a ser responsáveis por 58% dos mais solicitados.⁴⁰ A concentração de obras clássicas nas requisições encaminhadas à Mesa é bastante superior àquela encontrada nos documentos conservados em Lisboa, mas, mesmo assim, a presença de romances é também forte, representando 45% das obras mais solicitadas nessa instituição.⁴¹

Os leitores cariocas tinham um gosto bastante elástico, apreciando variados tipos de romance, desde os mais antigos, de molde cavaleiresco (como a *História de Carlos Magno*), até os mais modernos e de temática urbana (como *Carolina de Litchfield*). Alguns desses romances continuaram a ser best-seller pelo século XIX afora. A *História de Carlos Magno*, por exemplo, continuou se destacando nas bibliotecas particulares e seguiu contando com leitores até no final do XIX. Ao menos é o que afirma Reinaldo Carlos Montoro em artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 29 de fevereiro de 1872: “ainda por muitas tardes de trovoada e noites de inverno vieram suas proezas deleitar os ócios populares.”⁴² Na pequena biblioteca de Fagundes Varela, penhorada pela justiça em 1863, havia apenas 56 volumes, dentre os quais estava o *Gil Blas de Santilhana* de Lesage.⁴³

Se a ampla difusão da leitura de romances no final do século XVIII e início do XIX é amplamente reconhecida nos países europeus não se sabia, até há pouco tempo, que também no Brasil fosse forte o interesse pela prosa de ficção em época tão recuada.

³⁹ Para este cálculo foi elaborado um ranking das obras mais pedidas e consideradas as 10 primeiras colocações. Entre 1769 e 1807, os seguintes romances integram a lista dos “best sellers”: *Les Aventures de Télémaque*, de Fénelon; *Histoire de Gil Blas de Santillane*, de Lesage; *Le Voyageur François*, de Laporte; *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França*, de autor desconhecido; *Caroline de Lichtfield*, de Montolieu; *Don Quijote de la Mancha*, de Cervantes; *Lances da Ventura*, de Monroy y Ros; *Viagens de Altina*, de Caetano de Campos; *O Feliz independente do mundo e da fortuna*, de P^o Almeida; *Delli viaggi di Enrico Wanton*, de autor desconhecido.

⁴⁰ *Les Aventures de Télémaque*, de Fénelon; *Les Mille et Une Nuits*, de Galland; *Histoire de Gil Blas de Santillane*, de Lesage; *História do Imperador Carlos Magno*, anônimo; *O Feliz independente do mundo e da fortuna*, de P^o Almeida; *Lances da Ventura*, de Monroy y Ros; *O Piolho Viajante*, de Policarpo da Silva.

⁴¹ *Les Aventures de Télémaque*, de Fénelon; *Histoire de Gil Blas de Santillane*, de Lesage; *Voyage du Jeune Anacharsis en Grèce*, de Barthélemy; *Don Quijote de la Mancha*, de Cervantes; *Robinson Crusoe*, de Defoe; *Oeuvres de Lesage*; *Paul et Virginie*, de Saint-Pierre; *Oeuvres de Prevost*; *Scenes de la vie du grand monde*, de Edgeworth.

⁴² Apud. MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, Rio de Janeiro, Eduerj, 2001, p.207.

⁴³ idem, ibidem.

Além dos livros importados, era possível ler, desde o início dos oitocentos, romances publicados pela primeira casa impressora instalada no Rio de Janeiro – a Impressão Régia. Ainda que sua prioridade fosse a impressão de papéis do governo e que a casa tenha sido procurada por grande quantidade de autores interessados em editar poemas panegíricos e de ocasião, vários romances saíram de seus prelos.

Parte das edições de romance parecem ter sido feitas sob encomenda de Paulo Martin, um dos mais importantes livreiros instalados no Rio de Janeiro no período colonial, e anunciadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, desde sua fundação, em 10 de setembro de 1808 até 22 de junho de 1822, quando cessou de circular. Esses avisos comprovam a oferta regular de obras estrangeiras ao público leitor do Rio de Janeiro, anunciando no meio de inúmeras “moderníssimas e divertidas novellas” de autoria anônima, *best-sellers* europeus como *Diabo Coxo*, de Lesage; *Paulo e Virgínia* e *A Choupana Índia*, de Bernardin de Saint-Pierre; *Mil e Huma Noites*, de Galland; *Atala, ou Amores de Dois Selvagens*, de Chateaubriand; *Belizario*, de Marmontel. Propagandeava-se também um bocado de ficção inglesa – *Luiza, ou o casal no bosque*, de Mrs. Helme; *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift; *Vida e Aventuras admiráveis de Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe; *Tom Jones, ou O Engeitado*, de Henry Fielding; *Vida de Arnaldo Zulig*, de autor anônimo e o complemento da *Historia da infeliz Clarissa Harlowe* em 8 volumes, de Samuel Richardson – o que atesta a circulação dos escritos dos “pais” do gênero entre os leitores cariocas.

Não há como negar, portanto, a ampla difusão da leitura de romances no final do século XVIII e início do XIX, tendência reconhecida nos países europeus e, como se vê, também forte no Brasil. Ainda que a Coroa portuguesa criasse obstáculos na difusão dos escritos, temendo a divulgação de idéias “perigosas”, os que aqui viviam encontravam formas inventivas de contato com os livros e modos alternativos de ter acesso a eles.⁴⁴

O processo de abertura política e econômica às nações européias, iniciado em 1808 e acentuado com a independência, fez surgir novas formas de contato com os livros, o que só fez reforçar a primazia do romance dentre as leituras correntes. Na década de 20, a atuação dos livreiros estrangeiros e o aparecimento dos gabinetes de leitura foram responsáveis pela difusão e circulação de romances, exercendo um papel tão importante

⁴⁴ Ver a respeito os trabalhos de Luiz Carlos Villalta e de Márcia Abreu.

quanto aquele realizado por seus congêneres ingleses e franceses como formadores e mediadores do gosto.⁴⁵

Nas primeiras décadas dos oitocentos, fundaram-se vários gabinetes de leitura, concebidos à maneira dos ingleses e franceses, isto é, enquanto empreendimentos comerciais responsáveis por colocar em circulação, a módico preço, livros de interesse geral. Os gabinetes – localizados no Rio de Janeiro na Rua do Ouvidor (Mongie, Dujardin, Mme Breton, Mme Edet, Casa do Livro Azul), na Rua da Alfândega (Cremière), na Rua do Cano (Martin) e na Rua da Quitanda (Gabinete Francez) – ofereciam uma alternativa de acesso ao livro para aqueles que não dispunham de dinheiro para adquiri-los.⁴⁶ Deles se beneficiou, por exemplo, o jovem José de Alencar ao retornar ao Rio de Janeiro depois de concluir seus estudos em São Paulo:

Com minhas parcas sobras, tomei uma assinatura em um gabinete de leitura que então havia à Rua da Alfândega, e que possuía copiosa coleção das melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas.⁴⁷

No início do século XIX, o romance teve nos gabinetes e bibliotecas um importante aliado. Além de destacar-se nos gabinetes em que se alugavam livros, eles avolumavam-se também em instituições de caráter associativo como o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, fundado em 1837, ou a Biblioteca Fluminense, criada em 1847, o Retiro Litterário Portuguez, em funcionamento no Rio de Janeiro a partir de 1859, ou ainda o Liceu Literário Português, aberto em 1868.

Como centro comercial e administrativo do Império, o Rio de Janeiro abrigava pessoas de várias nacionalidades, criando uma demanda de leitura em várias línguas. Para atender a este público, as comunidades estrangeiras radicadas na corte mantinham clubes de leitura como a Sociedade Germânica, criada em 1821, a British Subscription Library, estabelecida em 1826, ou o Cercle Suisse, fundado em 1873. Aí também o romance

⁴⁵ Ver a este respeito: SCHAPOCHNIK, Nelson. “Contextos de Leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas”. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX*. ABPUH/São Paulo, Marco Zero/FAPESP, 1993, p. 147-162.

⁴⁶ Ver a respeito de gabinetes de leitura e bibliotecas no Rio de Janeiro oitocentista: SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. op. cit.

⁴⁷ ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Campinas: Editora Pontes, 1990. 1ª edição 1874.

ocupara lugar de destaque nos acervos, representando 49,74% do total de obras conservadas pela Sociedade Germânia, por exemplo. Os membros do Gabinete Português de Leitura não tinham gosto muito diferente daqueles reunidos na associação alemã, já que também ali o romance era o gênero que mais espaço ocupava nas estantes da instituição.

Situação semelhante ocorria em São Paulo, onde havia, a partir de meados do XIX, quase duas dezenas de gabinetes, espalhados pela província, nos quais predominava o gênero romance, sobretudo o folhetim, registrando-se a presença maciça de autores estrangeiros traduzidos, entre os quais se destacavam Walter Scott e Charles Dickens.⁴⁸

Além dos gabinetes e bibliotecas, proliferavam também os jornais que levavam adiante a prática sistemática de anunciar a venda de romances disponíveis não apenas em lojas de livreiros mas em variados estabelecimentos comerciais, não só da capital do Império, mas também no interior do país, onde era possível encontrar traduções portuguesas de Defoe, Walter Scott e Anne Radcliffe, conforme informa Gilberto Freyre.⁴⁹

Havia ainda um crescente número de livrarias, dentre as quais se destacam as livrarias francesas⁵⁰ que, concentrando-se a partir da década de 1820 na Rua do Ouvidor, centro da vida elegante da cidade, garantiam a venda e aluguel de romances, cuja leitura passou, aos poucos, a fazer parte do código de boas maneiras e das conversas elegantes.

Os gabinetes, clubes, associações, bibliotecas, jornais e livrarias ampliaram as possibilidades de acesso aos livros, somando-se às já antigas práticas da leitura em voz alta nos salões e serões domésticos.

III. Leitura e escrita de romances

A identificação dos romances em circulação assim como o conhecimento dos espaços e das práticas de leitura realizadas nos séculos XVIII e XIX coloca interessantes questões para a história cultural, bem como para a história e crítica literárias.

Boa parte das obras produzidas e lidas naquele período praticamente desapareceram dos manuais de história literária, ainda que tivessem conhecido grande sucesso de público

⁴⁸ MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: A Pluralidade de um Espaço Esquecido (1847-1890)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 1990, (mimeo).

⁴⁹ Gilberto Freyre. *Ingleses no Brasil*. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1948.

⁵⁰ Livrarias de Villeneuve, Didot, Mongie, Crémère, Garnier, Plancher, Dujardin.

em sua própria época. Ao lado dos chamados “pais-fundadores” (Richardson, Fielding, Smollett e Sterne), há um sem-número de escritores marginalizados, ou simplesmente esquecidos, cujo esforço e contribuição foram fundamentais para consolidar e transmitir a nova forma, seja pela renovação, seja pela repetição. Esses romancistas de “segundo time” – para usar a expressão de Marlyse Meyer –, dos quais muitos são mulheres,⁵¹ têm importância porque permitem entender melhor o processo de constituição do gênero.

A observação das leituras correntes pode ter impacto também sobre a análise das obras canonizadas, ao levar em conta o contexto cultural em que elas circulavam, considerando o perfil dos leitores aos quais os escritores poderiam se dirigir. O conhecimento das obras de maior circulação sugere a existência de relações insuspeitadas entre “grandes” e “pequenos” autores. Basta pensar, por exemplo, na relação de José de Alencar com os romances da “baixa tradição”, apresentada por ele mesmo ao narrar suas memórias de juventude:

Foi essa leitura contínua e retida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas a de minha predileção? Não me animo a resolver esta questão psicológica, mas creio que ninguém contestará a influência das primeiras impressões. [...] Nosso repertório romântico era pequeno; compunha-se de uma dúzia de obras entre as quais primavam a *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*, *Celestina* e outras de que já não me recordo. [...] Esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e muitas vezes o mesmo romance, quiçá contribuiu para mais gravar em meu espírito os moldes dessa estrutura literária, que mais tarde deviam servir aos informes esboços do novel escritor.⁵²

José de Alencar bebeu na fonte dos romances menores, desconsiderados pela crítica do seu e do nosso tempo, mas capazes de emocionar as mulheres da família e de nutrir a

⁵¹ Segundo Dale Spender, há levantamentos que dão conta da existência de cerca de 600 escritoras no período. Ver *Mothers of the Novel*. London: Pandora, 1986.

⁵² ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Campinas: Editora Pontes, 1990, pp.29 e 30. 1ª edição 1874.

imaginação do escritor. Já o primeiro contato com Honoré de Balzac trouxe grandes problemas:

mal começada a leitura, desistia ante a dificuldade. Tinha eu feito exame de francês à minha chegada em São Paulo e obtivera aprovação plena, traduzindo uns trechos do *Telêmaco* e da *Henriqueida*; mas, ou soubesse eu de oitava a versão que repeti, ou o francês de Balzac não se parecesse nada com o de Fénelon e Voltaire; o caso é que não conseguia compreender um período de qualquer dos romances da coleção.

Se Balzac parecia incompreensível, as *Aventuras de Télémaque* eram coisa familiar, que se conhecia de ouvido ou que até já se tinha memorizado, assim como a *Henriade* de Voltaire – dois dos *best sellers* coloniais que ainda faziam parte do repertório de leituras correntes décadas depois.

Este pequeno exemplo traz indícios de que parece necessário repensar o *corpus* de textos com o qual críticos e historiadores literários têm trabalhado, no sentido de alargar o conjunto de obras consideradas e o campo de interrogações. Da mesma forma, o estudo da entrada, circulação e leitura de romances no Brasil nos séculos XVIII e XIX sugere que a história literária considere um conjunto amplo de indivíduos e instituições como relevante para a compreensão da literatura, tomando em conta não apenas escritores e críticos, mas também leitores, editores, vendedores, bibliotecários e demais envolvidos no mundo dos livros.